

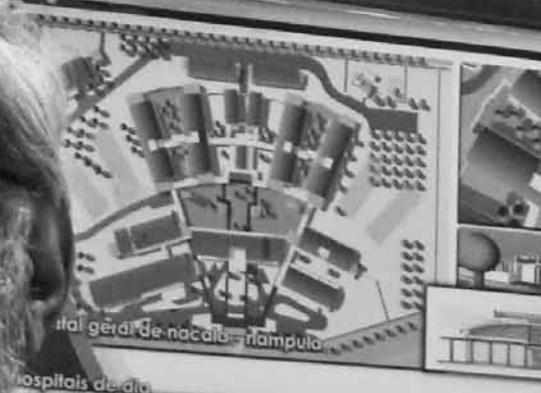


MOÇAMBIQUE



casa de 4ª fase do aca - pacho colôneo
planos - 1980/81

construção modular



sala gerl. de nacale - rampula



hospitais de dia





Entrevista

MÁRIO ROSÁRIO

Porquê projectar as nossas cidades como cidades europeias e porque não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?



Mário Rosário

“Porquê projectar as nossas cidades como cidades europeias e porque não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?”

Entrevista conduzida por **Bruno Marques*** e **David Viana****

Setembro de 2011

Entrevistamos o Arq. Mário Rosário, ex-Presidente da Junta Directiva do CIALP (Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa), sendo actualmente Vice-Presidente Regional (Índico).

A sua experiência de investigação e ensino (Curso de Arquitectura do ISCTEM - Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique) torna-o um interlocutor privilegiado para qualquer análise das problemáticas habitacionais e urbanísticas de Moçambique.

Bruno Marques e David Viana – *Quais os principais condicionalismos inerentes à problemática da habitação em Moçambique?*

Mário Rosário – Sendo Moçambique um País relativamente novo, com cerca de 4 décadas de existência e apenas duas décadas de Paz, depois de ter sido arrasada toda a economia local por sucessivas agressões dos países vizinhos ao serviço dos interesses do grande capital (agressões externas, vulgar e erradamente designadas por Guerra Civil) a problemática da Habitação não é de modo algum independente deste quadro global.

BM/DV – *E nesse cenário, existem estratégias para a resolução da ausência de habitação, ou é ainda uma questão de segundo nível nas prioridades do país?*

MR – As assimetrias de desenvolvimento entre as áreas urbanas e as rurais, o atraso tecnológico imprimido pelas sucessivas guerras de agressão cirurgi-

camente perfeitas no desmantelamento das infra-estruturas do país, originaram um quadro de ausência de industria local e da pequena economia artesanal e da grande industria estruturante, taxas elevadas de desemprego formal, níveis de salários cujo poder de compra é permanentemente desvalorizado. Isto deu origem a uma impossibilidade de acumulação de reservas quer ao nível familiar quer nacional, donde resulta que a habitação não constitui uma prioridade no sector familiar, nem no Orçamento de Estado (por si só deficitário).

BM/DV – *E as distintas intervenções de ajuda internacional têm sido feitas de forma adequada ao cenário moçambicano?*

MR – Apesar dos elevados níveis de ajuda da comunidade internacional, subvencionando a dívida publica com injeções monetárias, a ausência da correspondente ajuda e cooperação no desenvolvimento das capacidades

* CEAUP/Universidade Lusíada.

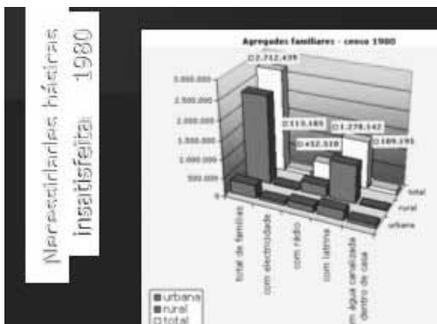
** CEAUP/Escola Superior Gallaecia/ESAP.

produtivas e comerciais leva a que não sejam estabelecidas políticas de recuperação económica e social sustentáveis. O adormecimento da necessidade política de procurar linhas de orientação tendentes a uma estruturação do país e a uma independência económica é causado pelo excesso de fundos humanitários, fundos de ajuda para satisfação das necessidades básicas imediatas e apoio a políticas de importação de capacidades de produção cuja tecnologia não será sustentável nos próximos tempos, criando e fazendo perdurar uma dependência permanente do grande capital estrangeiro.

Se a habitação tem de ser recriada periodicamente porquê construir em duro... durável? Os sistemas políticos é que precisam de mostrar solidez...

BM/DV – Toda a ajuda internacional tem deixado de fora as questões habitacionais? A população como tem resolvido as suas necessidades habitacionais?

MR – A habitação popular (isto é, da população excluída dos eixos de desenvolvimento nacional) é resolvida por si só com a autoconstrução, recorrendo maioritariamente a materiais naturais



Censos de 1980 / INE

Como viviam as famílias em 1980

nome designação	urbano	rural	total
1 cimento e tijolo	134.715	55.250	228.514
2 madeira e cimento	28.535	34.712	63.247
3 adobe	27.652	214.969	242.621
4 cartão e pedra	65.734	315.876	381.610
5 pedra molhada	90.545	1.628.697	1.719.242
6 outros	8.477	68.747	77.224
A total de famílias	356.159	2.356.300	2.712.439
	13%	87%	100%
B1 Com materiais duráveis (1+2)	163.250	126.011	289.261
	46%	5%	11%
B2 Com materiais pouco duráveis	192.889	2.230.289	2.423.178
	54%	95%	89%

Dados do Censo de 1980 / INE

com pouca incorporação energética – materiais vegetais e lenhosos, e terra – ficando os programas de ajuda reservados modelos de edificações baseadas em materiais importados, que não são sustentáveis economicamente, sendo ainda geradores de maior dependência.

BM/DV – Qual tem sido o resultado de iniciativas governamentais que prometem a construção de centenas de casas?

MR – A vontade política legítima a aspiração a um modelo comparável aos dos países industrializados: mas estes são irrealistas quando a economia nacional está em franco declínio, ofuscado nas estatísticas pelos grandes projectos em franco crescimento, isentos de muitas imposições fiscais, – contribuindo significativamente para o desequilíbrio da balança de pagamentos de Moçambique.

BM/DV – Então, que soluções propõe para a habitação? Sabendo que a economia local se encontra sem poder de compra, ao contrário do previsto no Plano de Desenvolvimento Nacional.

MR – Encorajar o sector artesanal, familiar, a criar riqueza (num quadro de incentivos fiscais potenciadores de emprego),o que exige pouca especializa-

ção e treino profissional, e com programas de inserção de novas tecnologias, adequadas e sustentáveis, que façam aumentar a produção quer no sector agrícola quer na pequena industria transformadora. De outro modo iremos continuar a sonhar com modelos de habitação (casa + infra-estrutura) importados de países altamente industrializados, renegando-nos e envergonhando-nos com as soluções possíveis, as que me parecem sustentáveis, mais naturais e com menos gasto de energia e culturalmente integradas. Além disso estas seriam soluções geradoras de rendimento local.

BM/DV – *Como poderá ser o futuro das cidades moçambicanas: com origem nos mesmos modelos europeus ou dentro de uma nova realidade africana?*

MR – Por quê projectar as nossas cidades como cidades europeias baseadas na história de desenvolvimento urbano ocidental, marcado pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, se somos um país de economia rural, de subsistência, marcado pela destruição sistemática e massiva por parte do mundo ocidental. *Por que não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?* Por que não pensar num urbanismo baseado nas negociações entre os actores urbanos económicos e sociais e não em modelos formais europeus? Não sendo sustentável em Moçambique o modelo europeu, só nos resta pesquisar como gerar e gerir processos de urbanização africanos – que acabarão por ser processos de ruralização das cidades coloniais por incapacidade de acumulação estrutural do capital nacional.

BM/DV – *Os modelos de cooperação internacional até à data têm sido de certa forma associados a uma nova coloniza-*

ção intelectual... Isto é inconsciente ou é estratégia?

MR – Dada a longa colonização e os anos pós-independência, estes extremamente dependentes de cooperação bilateral e multilateral, quer sob o ponto de vista económico e financeiro, quer especialmente com a chegada de muitos profissionais, foi criado um quadro político pró-ocidental, que impôs um “pensar” importado. Deste modo fomos envergonhando inconscientemente de sermos africanos, das nossas tradições e modos de vida, e da capacidade de desenvolver uma economia mantida fora do contexto internacional.

BM/DV – *Qual seria o melhor reenquadramento que deveria ser dado à ajuda internacional e à cooperação para a habitação?*

MR – A ajuda importante seria «o ensino de como pescar melhor e não nas grandes ofertas de peixe». As capacidades de pesquisa científica e técnica, associada à experiência secular de urbanização (se forem associadas às capacidades locais de pesquisa), estou certo de que se encontrarão caminhos próprios para resolução de problemas do próprio desenvolvimento e se estabelecerão pistas para futuros programas de cooperação equilibrada para ambas as partes. Os programas de Habitação (casa + infra-estruturas) que merecem mais atenção governamental e seus parceiros de cooperação são os programas de alojamentos para a classe alta e média nos principais centros urbanos existentes. O alojamento social constitui, apenas, a segunda prioridade. A prioridade do sector privado é o alojamento para a classe alta num mercado especulativo e limitado ao centro das grandes cidades.

BM/DV – *Qual o caminho para modernização da habitação popular?*

MR – A problemática da habitação popular fica entregue a si própria, com fraco apoio dos poucos municípios que, para além disso não têm capacidade técnica nem financeira para investir na expansão das redes infra-estruturais, de modo a poder oferecer terreno preparado para a autoconstrução e com garantia da posse do terreno. Com o salário mínimo mensal nacional rondando os 50 a 60 Euros para cerca de 80% dos assalariados não se antevê um programa de habitação com visibilidade, atractivo para a os órgãos governamentais e da cooperação internacional. Só o seriam se existissem programas prestigiáveis de pequena escala e de grande impacto na vida do cidadão nacional. Além este programa de reduzido montante financeiro mas contaria com grande conhecimento dos usos e costumes nacionais e conhecimentos tecnológicos, para a utilização dos materiais locais duráveis.

Estamos assim levados à existência de pelo menos dois níveis de visibilidade, a visibilidade de interesse político governamental ou das agencias de ajuda consumindo grande parte dos fundos em estudos e soluções tipológicas não sustentáveis e a visibilidade popular entregue a si própria em esquemas de sobrevivência dentro de um horizonte programado de água potável para 30% da população até 2015 (?) e 15% da população com acesso a energia eléctrica no bairro (que não significa energia dentro de casa).

BM/DV – *As tecnologias construtivas alternativas e/ou “tradicionais” são bem aceites pela população?*

MR – A tecnologia (para nós) alternativa, simples e adequada é a tecnologia “popular”; por isso não têm de ser aceites pela população pois são sua criação e propriedade. O que nos parece solução precária para a população de agricultura nómada é a solução adequada de eficiência energética. Se a habitação tem de ser recriada periodicamente porquê construir em duro... durável? Os sistemas políticos é que precisam de mostrar solidez e não se revê nessa solidez a solução precária popular. Daqui o conflito ou divergência entre pontos de vista e por isso se torna difícil encontrar pistas de pesquisa concorrentes para os mesmos objectivos entre pesquisadores e utentes.

As assimetrias de desenvolvimento são processos de exploração entre os países.

BM/DV – *Há uma grande distinção entre as áreas de interesse económico e as restantes no acesso aos meios técnicos e materiais pela população?*

MR – Os modelos formais, estéticos e culturais são inerentes ao nível de desenvolvimento dos meios de produção, do índice de desenvolvimento humano, que tem raízes históricas e geopolíticas dependem directamente do facto das comunidades estarem ou não nos eixos de interesse do capital. Os que estiverem fora dos eixos de desenvolvimento não serão objecto dos benefícios resultantes da eventual concretização de promessas eleitorais que os políticos precisam de fazer antes das eleições. Estarão entregues a si próprios e aos poderes da Natureza.

BM/DV – *Como perspectiva a investigação académica e respectivo contributo para a problemática da habitação?*

Para se compreender a verdadeira dimensão das questões de habitação é preciso fortalecer a consciência de cidadania como cidadãos despidos dos preconceitos de hierarquia diferenciada entre os indivíduos normalmente discriminados por sua localização no território, pela classe social onde se insere. A verdadeira dimensão do ser humano com os direitos que lhe são inerentes nem sempre está em primeiro plano nos processos de estabelecimento de políticas em cada momento da vida das nações pelos seus Estados e nos processos de cooperação entre países e Estados. As assimetrias de desenvolvimento baseadas no domínio do conhecimento científico e das tecnologias de produção eficiente são processos de exploração entre os países. Os processos de ajuda “caritativa” não respeitam a dignidade dos indivíduos. As classes dominantes acham-se no direito de impor ao dominado os seus modelos imaginários de satisfação necessidades básicas. Quanto menos ajuda “caritativa” houver mais se aguçará o engenho para vencer as dificuldades. Daí resulta o contra-senso de no mundo globalizante se procurar a protecção do isolamento para exercer o direito à privacidade e à dignidade de cada um. Assim, a cooperação ao nível da Academia precisa em primeiro lugar de ser inclusivo, respeitando a dignidade de cada parte, partilhando conhecimento, metodologias, tecnologias, conhecimento científico adquirido e incluindo as questões ainda sem resposta. A pesquisa científica conjunta e respeitando as diferenças geográficas e culturais não é um processo simples, depois de tantos séculos de domina-

ção, em particular pela dificuldade dos dominados terem a consciência plena do direito à afirmação e à diferença. Este será o ponto de partida sério para um programa de cooperação com benefício mútuo.

BM/DV – *Em que sentido deve ser organizada a cooperação científica no que diz respeito ao problema da habitação em Moçambique?*

MR – Há muito trabalho a fazer com a cooperação do Norte:

- Desenvolver capacidade de pensamento e método de trabalho científico com a partilha de métodos de estudo e pesquisa para comprovação de factos e registos de modelos de abordagem das questões de Habitação;
- Análise, debate e formulação de teses a serem comprovadas e provas de coerência das premissas e conclusões;
- Análises comparativas entre casos similares de contextos socioculturais diferentes;
- Ensaio de modelos, solução participativa e medição de impactos.

Será preciso ter consciência que esta cooperação tem de se desenvolver de forma multidisciplinar e a longo prazo, sem pressas de chegar a conclusões precipitadas. É preciso um comprometimento sério de cada pesquisador nos processos de apreensão das diferenças culturais como riqueza do processo de cooperação e não oportunidade de benefício unilateral.